



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2024

PROCESSO Nº 069/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE CERQUEIRA CÉSAR, mediante a Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis.

OBJETO: contratação de empresa para assessoria no desenvolvimento de planejamento estratégico, padronizações de processos e fluxos, execução operacional: treinamentos, palestras e o desenvolvimento de procedimentos administrativos padrões – PAP, voltados a produção da saúde pública municipal, bem como a implantação dos atuais e futuros procedimentos (portarias e/ou leis), conforme Termo de Referência.

DIA/HORÁRIOS:

INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS 20/05/2024 AS 08H00

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 04/06/2024 AS 13H59

ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA: 04/06/2024 AS 14H00

INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 04/06/2024 AS 14H01

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL www.novobmnet.com.br ou

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Prefeitura de Cerqueira César

Endereço: Rua Olimpio Pavan nº 290 – Cerqueira César/SP

E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br.

Fone/fax: (014) 3714-7200 ramal 2022

LOCAL: - www.novobmnet.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO: 069/2024

Pregão nº 042/2024

1. - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 – A Prefeitura Municipal de Cerqueira César através da Secretaria Municipal de Saúde e este Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local já indicados anteriormente, realizar-se-á licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

1.2 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BBMNET Licitações", constante da página eletrônica do BBMNET – Licitações Públicas, no endereço www.novobbmnet.com.br

2. - DO OBJETO:

2.1 – contratação de empresa para assessoria no desenvolvimento de planejamento estratégico, padronizações de processos e fluxos, execução operacional: treinamentos, palestras e o desenvolvimento de procedimentos administrativos padrões – PAP, voltados a produção da saúde pública municipal, bem como a implantação dos atuais e futuros procedimentos (portarias e/ou leis), conforme Termo de Referência.

2.2 – Os serviços prestados deverão atender as exigências do Termo de Referência, bem como atender também as exigências no que diz respeito

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas nas seguintes dotações orçamentárias:

02.04.01 – Administração Geral da Saúde

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

4. - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

4.1 – Decai do direito de solicitar esclarecimentos dos termos do edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer antes do segundo dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

5. – DA IMPUGNAÇÃO:

5.1 - Qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, dirigindo a impugnação por escrito ao seguinte endereço:

Prefeitura de Cerqueira César

Endereço: Rua Olimpio Pavan nº 290 – Cerqueira César/SP

E-mail: licitacoes@cerqueiracesar.sp.gov.br.

Fone/fax: (014) 3714-7200 ramal 2022

5.2 – Decai do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração, o interessado que não o fizer até dois dias úteis que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.



6. - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

6.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Plataforma BBMNET Licitações Eletrônicas da Bolsa Brasileira de Mercadorias, no endereço www.novobbmnet.com.br.

6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3. tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.4. Não poderão disputar esta licitação:

6.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

6.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

6.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.5. O impedimento de que trata o item 6.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 6.4.2 e 6.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

6.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

6.8. O disposto nos itens 6.4.2 e 6.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.10. A vedação de que trata o item 6.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7. - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

7.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

7.1.1 - coordenar os trabalhos da equipe de apoio;

7.1.2 - responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

7.1.3 - abrir as propostas de preços;

7.1.4 - analisar a aceitabilidade das propostas;

7.1.5 - desclassificar propostas indicando os motivos;

7.1.6 - conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

7.1.7 - verificar a habilitação do proponente;

7.1.8 - declarar o vencedor;

7.1.9 - receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento;

7.1.10 - elaborar a ata da sessão;

7.1.11 - encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

8. – DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL BBMNET:

8.1 – Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

8.2 – As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br.

8.2.1 – Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.novobbmnet.com.br.

9. – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o fim do recebimento de propostas.

No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

cumprir plenamente os requisitos de habilitação;

está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

10. - DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

10.1 As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma BBMNET no menu **“Sala de Disputa”**, no campo das licitações na coluna (menu) da etapa **“Aberto para receber propostas”**.

10.1.1 O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando “enviar proposta”.

10.1.2 O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.

10.1.3 O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma BBMNET Licitações.

10.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

10.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

10.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

10.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

10.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.

10.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.11 Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.

10.12 Independente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.13 Quando for exigido pelo Pregoeiro, o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto ou serviços, juntamente com as informações adicionais. A ficha técnica, quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível no Sistema ao licitante.

10.13.1 O licitante não poderá em hipótese nenhuma se identificar na ficha técnica, sob pena de desclassificação.

11. - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública,

11.3 Quando autorizado e devidamente justificado pelo pregoeiro, os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.

11.3.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.3.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.3.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

11.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.7 O lance deverá ser ofertado pelo valor global.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

11.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.9 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.10 O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA ABERTO**.

11.11 No pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.11.1A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.11.2A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.11.3Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

11.12 Serão aceitos lances inferiores, iguais ou superiores ao lance de menor valor já ofertado.

11.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 3 (três) horas a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.17 Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

11.17.1Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.17.2A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.17.3Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.17.4 Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.17.5Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

11.17.5.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

11.17.5.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

11.17.5.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

11.17.5.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (*compliance*), conforme orientações dos órgãos de controle.

11.17.6 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

11.17.6.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

11.17.6.2 empresas brasileiras;

11.17.6.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.17.6.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11.18 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.18.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.18.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.18.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11.19 Será desclassificada a proposta que:

11.19.1 contiver vícios insanáveis;

11.19.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.19.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.19.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.19.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.20 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.20.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

11.20.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

11.20.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.21 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.22 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.22.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

11.23 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

11.23.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.23.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.23.3 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 04 (quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do Sistema, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.23.4 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12. - DA HABILITAÇÃO:

Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de 04 (quatro) horas, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.

O pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 6.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver; e
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 23/06.

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos do licitante melhor classificado para fins de habilitação.

12.1 Habilitação Jurídica

12.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, ou registro empresarial devidamente registrado. Em se tratando de sociedade por ações, o estatuto social deverá vir acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

12.1.2. Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando cabível.

12.2. Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista

12.2.1. CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica emitido pelo Ministério da Fazenda.

12.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

12.2.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Nacional, comprovada mediante fornecimento de Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, e Seguridade Social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

12.2.4. Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual e Municipal;

12.2.5. FGTS - Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, mediante a apresentação de Certificado fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.2.6. CNDT - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, disponível no Portal do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao)

12.3. Qualificação Econômico-Financeira

12.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

12.4. Declarações complementares de apresentação obrigatória:

12.4.1. Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação.

12.4.2. Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

12.4.3. Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que auferir Receita Bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

12.4.4. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

12.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema BBMNET.

12.5.1. Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não-digitais.

12.6. Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

12.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.9. Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado pelo pregoeiro.

12.10. Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

12.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

12.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Deverá apresentar atestado de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, emitido a empresa ou a profissional que a integre, o qual tenha atuado na coordenação, direção, execução, fiscalização e supervisão técnica, e executado de forma integral os serviços aqui descritos, de forma que:

comproven a prestação de serviço para desenvolver planejamento estratégico, padronizações de processos e fluxos, execução operacional, treinamentos, implantações dos atuais e futuros procedimentos (portarias e/ou leis).

demonstre a capacidade de verificar a base de cálculo da produção realizada mês a mês dos últimos 02 (dois) anos;

Os atestados apresentados para qualificação técnica deverão conter o nome da empresa participante da licitação, ou do responsável pela execução do serviço.

É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as envolvidas.

14– DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo pregoeiro observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

14.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

14.3.1. O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso será de 30 minutos, podendo o pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades

- I. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou
- II. o pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

O atraso injustificado na efetiva consecução do objeto contratado, sem prejuízo do disposto no §9º do artigo 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

- I. atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a contar da data inicial do descumprimento; e
- II. atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) ao dia.

Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

- I. multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou II. multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim. III. ressarcimentos de eventuais danos ocasionados face a inexecução do contrato.

A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.

O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.

As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE, a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.

As sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada, pelo Prefeito, ou pela autoridade administrativa indicada, após processo administrativo próprio.

O processo administrativo próprio para aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, será conduzido por Comissão Permanente Processante a ser instituída por meio de Portaria editada pelo Secretário da respectiva pasta solicitante e recairá sobre servidores nomeados;

Da decisão cabe recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

O recurso será dirigido à Autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caso a decisão tenha sido proferida pelo Prefeito, caberá apenas o pedido de reconsideração de ato no prazo previsto no caput deste artigo, a qual terá prazo de 20 (vinte) dias para proferir sua decisão.

16. - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

16.1 - Em caso de recurso, caberá Autoridade Competente a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor.

16.2 - Nos demais casos, o pregoeiro fará a adjudicação do(s) lote(s) ao(s) licitante(s) vencedor(es).

16.3 - A homologação é ato de competência da autoridade que determinou a abertura do procedimento.

17. - DA CONTRATAÇÃO:

17.1 - A empresa deverá encaminhar os contratos assinados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após seu recebimento por e-mail.

17.1.1 - decorrido o prazo sobredito, contado do recebimento do comunicado oficial para assinatura do contrato, e não tendo a empresa vencedora enviado o contrato, perderá o direito à contratação e estará sujeita às penalidades no edital.

17.2 - Nas hipóteses de recusa do adjudicatário ou da não assinatura do contrato ou retirada do empenho, no prazo estipulado, bem como em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação, serão aplicadas as penalidades previstas no edital, com a convocação do licitante que tenha apresentado a segunda melhor oferta classificada, obedecida às exigências de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

17.2.1 - O disposto no subitem anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração do Contrato com o Contratante, observadas as ofertas anteriormente apresentadas pelos licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis ao licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame.

17.3 - Qualquer entendimento relevante entre a Contratante e a Contratada será formalizado por escrito e também integrará o Contrato.

18. DO REAJUSTE E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

18.1. O preço ajustado não sofrerá reajuste, salvo após o decurso do prazo mínimo de 12 (doze) meses da vigência contratual, desde requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pela contratada, em caso de prorrogação contratual, ou ainda em caso de eventuais modificações no atual modelo econômico nacional que venham autorizar formas de correções para manutenção do equilíbrio econômico do contrato. Nos casos de reajuste previstos no edital e em lei, serão aplicados os critérios de reajuste fixados no item subsequente.

18.2. O contrato poderá ser reajustado após transcorridos cada 12 (doze) meses, com a aplicação do **IGP-M/FGV** (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas) acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

No caso de extinção ou substituição do índice IGP-M, por superveniência de Medida Governamental ou outra razão, utilizar-se-á imediatamente o índice substituto para efeito de cálculos de reajuste nas cláusulas do presente contrato que utilizam o referido índice.

19. - DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8 O Manual de operações da Plataforma BBMNET Licitações encontra-se disponível aos interessados no Portal www.novobbmnet.com.br.

19.9 Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma BBMNET Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma BBMNET Licitações, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal www.novobbmnet.com.br.

19.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

19.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.cerqueiracesar.sp.gov.br.

19.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.12.1 ANEXO I - Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar

19.12.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

19.12.3 ANEXO III – Termo de Ciência e Notificação

19.12.4 ANEXO IV – Modelo de Proposta Comercial

Cerqueira César, 26 de abril de 2024.

MAURO BERTOLANI JUNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

ANEXO I

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº. 013/2024 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DATA DE ELABORAÇÃO: 03/04/2024

Observações Iniciais:

Conforme disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, as contratações públicas devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares (ETP's).

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e tem como objetivo assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação e embasar o termo de referência/projeto básico/plano de trabalho, que somente será elaborado se a contratação for considerada viável.

Objetivando subsidiar a elaboração do ETP é importante examinar os normativos (normas, regras, preceitos e legislações) que disciplinam os materiais/equipamentos/serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza, além de analisar as contratações anteriores do mesmo objeto, a fim de identificar as inconsistências ocorridas nas fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e execução do objeto.

1- DESCRIÇÃO DO OBJETO:

contratação de empresa para assessoria no desenvolvimento de planejamento estratégico, padronizações de processos e fluxos, execução operacional: treinamento, palestras e o desenvolvimento de procedimentos administrativos padrões – PAP, voltados a produção da saúde pública municipal, bem como a implantação dos atuais e futuros procedimentos (portarias e/ou leis).

2- CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

A referida contratação trata-se de outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

3- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Existe uma demanda premente pela execução dos serviços para que a saúde não entre em colapso, uma vez que a demanda cresce vertiginosamente e as receitas não conseguem acompanhar as necessidades. Assim temos a necessidade da correção de lançamentos, implantação de rotinas e análise dos lançamentos atinentes a procedimentos que gerem aumento do repasse de verbas, os quais por sua vez geram como resultado direto a redução de custos oriundos de recursos próprios do município, que por sua vez gera economia ao ente municipal, sem redução dos valores totais efetivamente gastos com a saúde pública.

Feita a análise e consultoria dos dados, o resultado esperado será de forma a proporcionar o devido recebimento de repasses relativos a procedimentos homologados pelo SUS, que anteriormente não seriam lançados e/ou validados, tudo em conformidade à atual legislação vigente e entendimento firmado pelo TCE/TCU.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

Busca-se a adequação das ações de saúde atualmente desenvolvidas com os parâmetros delineados nos programas de governo voltados ao SUS.

A prestação do serviço para assessoria na gestão da saúde pública do município se faz premente na medida que os programas de governo, estadual e federal, sofrem alterações constantes, e as ações realizadas pelo município devem se enquadrar, de forma que o financiamento da saúde ocorra como estabelecido, ou seja, tripartite – esferas federal, estadual e municipal.

Mostra-se essencial a prestação do serviço na medida que, como já mencionado, a demanda pelos serviços de saúde pública aumenta, e os recursos municipais não tem seu crescimento na mesma proporção, de forma que se mostra imprescindível buscar todas as fontes de recurso, em todas as esferas. A prestação do serviço, *prima facie*, se mostra necessária pelo período de 12 (doze) meses, visto que, conforme Política Nacional de Atenção Básica - PNAB, as diretrizes são explicitadas no Programa Anual de Saúde, que tem por objetivo anualizar o Plano de Saúde, que por sua vez contempla as ações e objetivos a serem atingidas.

Tal prazo é imprescindível para que os serviços e programas de governo assistidos não sofram solução de continuidade, tanto do ponto de vista do atendimento ao cidadão, como do plano orçamentário.

4- DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024, tendo em vista este instrumento ainda estar sendo elaborado pela Administração Pública.

5- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Requisitos técnicos e de qualidade: Habilitação Jurídica

Registro Comercial, no caso de empresa individual

Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em Vigor (Consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação Fiscal, Social E Trabalhista

Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Regularidade perante a Fazenda Federal;

Regularidade perante a Fazenda Estadual;

Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;

Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas);

Habilitação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Deverá apresentar atestado de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, emitido a empresa ou a profissional que a integre, o qual tenha atuado na coordenação, direção, execução, fiscalização e supervisão técnica, e executado de forma integral os serviços aqui descritos, de forma que:

comproven a prestação de serviço para desenvolver planejamento estratégico, padronizações de processos e fluxos, execução operacional, treinamentos, implantações dos atuais e futuros procedimentos (portarias e/ou leis).

demonstre a capacidade de verificar a base de cálculo da produção realizada mês a mês dos últimos 02 (dois) anos;

Os atestados apresentados para qualificação técnica deverão conter o nome da empresa participante da licitação, ou do responsável pela execução do serviço.

É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as envolvidas.

6- LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Os orçamentos deverão ser realizados pelo Departamento de Compras, obedecendo os critérios estabelecidos na Nova Lei de Licitações.

7- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição
01	12	Meses	contratação de empresa para assessoria no desenvolvimento de planejamento estratégico, padronizações de processos e fluxos, execução operacional: treinamento, palestras e o desenvolvimento de procedimentos administrativos padrões – PAP, voltados a produção da saúde pública municipal, bem como a implantação dos atuais e futuros procedimentos (portarias e/ou leis)

8- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O valor estimado da contratação será de acordo com os orçamentos realizados pelo Departamento de Compras.

9- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A presente solução encontrada, prestação de assessoria na gestão dos serviços de saúde pública municipal, mostra-se imprescindível para a busca na eficiência e atingimento de indicadores de desempenho da saúde satisfatórios, que atendam os parâmetros objetivos exigidos pelo Ministério da Saúde.

A prestação do serviço ocorrerá de forma presencial, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, ou outro estabelecimento de saúde indicado pelo Gestor;

O contrato terá a duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério de conveniência, interesse e oportunidade por parte da Administração Pública;

Desta feita é possível concluir que a melhor solução, para atendimento dos requisitos acima expostos, notadamente o de aumento no desempenho da saúde, parametrizado pelos indicadores objetivos constantes do programa Previne Brasil, bem como a adequação das ações de saúde já desenvolvidas, aos demais programas do Governo Federal, de forma que ocorra o devido repasse pelas ações desenvolvidas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

temos que a solução que se mostrou mais vantajosa para a contratação é a da prestação de serviços de consultoria na gestão da saúde pública municipal, o qual terá detalhadamente no Termo de Referência.

10- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Por se tratar de um serviço, torna-se necessário o critério de julgamento menor preço global.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes

12- ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

Ficha 68 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

13- RESULTADOS PRETENDIDOS:

Os resultados pretendidos, decorrentes da contratação, tem como mensuração os indicadores de desempenho¹, os quais, quando da elaboração do presente estudo, encontra-se com a nota ISF de 5,55 (cinco inteiros e cinquenta e cinco centésimos) – fonte <https://sisab.saude.gov.br/paginas/acesoRestrito/relatorio/federal/indicadores/indicadorPainel.xhtml>

Os relatórios com o resultado alcançado deverão ser apresentados tendo como origem a mesma plataforma constante no termo de referência e se busca o atingimento de nota superior a 6,5 (seis inteiros e cinquenta centésimos).

Ao considerar que as contratações públicas devem buscar resultados positivos para a Administração, os resultados pretendidos tem reflexo na prevenção, de forma a reduzir ou diminuir complicações e morte. De mesmo norte o acompanhamento e tratamento da hipertensão, problema crônico de saúde mais prevalente² na população brasileira;

O principal resultado almejado é a mensuração na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos que utilizam o SUS, por meio da prevenção, acompanhamento e tratamento de doenças, as quais foram parametrizadas pelo Governo Federal – Previne Brasil

14- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

O fiscal do contrato será o Sr. Mauro Bertolani Junior, Secretário Municipal de Saúde e solicitante do processo.

15- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS:

A contratada deverá atender aos critérios de qualidade ambiental, sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

A contratada será responsável pela destinação correta de todos os resíduos gerados na execução dos serviços.

16- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

Diante do exposto acima, declaro para os devidos fins que a contratação é viável, por atender os requisitos da lei, tanto na habilitação jurídica como orçamentária

Cerqueira César, 03 de abril de 2024.

MAURO BERTOLANI JUNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa para desenvolvimento de ações voltadas a gestão da saúde pública municipal, notadamente voltadas a produção ambulatorial, indicadores de desempenho e adequação de ações em execução a programas do governo federal.

DO OBJETO:

1. O objeto do presente termo é a contratação de empresa para assessoria no desenvolvimento de planejamento estratégico; padronizações de processos e fluxos; execução operacional: treinamentos, palestras e o desenvolvimento de procedimentos administrativo padrão – PAP, voltados a produção da saúde pública municipal, bem como implantação dos atuais e futuros procedimentos (portarias e/ou leis), pelo prazo determinado de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, caso haja interesse das partes, nos exatos termos da legislação vigente.

DA EXECUÇÃO

2. A descrição dos serviços a serem executados dar-se-á com as seguintes ações:

2.1. Planejamento estratégico:

2.1.1. a CONTRATADA deverá visitar, no período máximo de 60 (sessenta) dias, ao menos uma vez, cada uma das unidades de saúde constantes do presente termo – item 5, em visita de no mínimo 06 horas, que destinar-se-á análise do ambiente de execução das rotinas, da qual manterá contato com o responsável técnico da Unidade;

2.1.2. das visitas, deverá ao final do prazo – subitem “2.1.1.”, apresentar relatório individualizado por unidade de saúde, que conterá informações aptas a demonstrar as principais falhas, notadamente as que gerem inconsistência invalidação de procedimentos, produção das equipes, dentre outras formas de incorreção;

2.1.3. relatório com individualização do número de funcionários, por unidade de saúde, que participam efetivamente do processo de lançamento dos procedimentos realizados;

2.1.4. os documentos deverão ser apresentados, por meio de relatórios analíticos, de visualização simples, os quais contenham gráficos de fácil interpretação acerca da evolução dos lançamentos e repasses recebidos, em comparação a período relativo ao ano anterior, inclusive a apontar custo per capita, e custo médio por procedimentos lançados/validados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

2.1.5. verificar a base de cálculo da produção realizada mês a mês dos últimos 02 (dois) anos;

2.1.6. Recalcular a produção com base na real situação das ofertas de serviços.

2.2. Padronização de processos e fluxos:

2.2.1. em até dez dias uteis, após a entrega dos relatórios constantes do subitem “2.1” e seus seguintes, apresentar ao Gestor do Contrato quais procedimentos foram corrigidos apenas com análise dos dados, de forma a descrever: procedimentos realizados x faturados; Procedimentos realizados x não faturados; Procedimentos realizados x não faturados x corrigidos e devidamente faturados;

2.2.2. apresentar, durante a execução dos serviços, procedimentos administrativos padrão - PAP, contendo sequência de ações aptas a reduzir os erros de lançamentos de procedimentos realizados e não validados, procedimentos realizados e não lançados, e as devidas ações corretivas;

2.2.3. Realinhamento entre unidades do município, com a devida correção/inserção no cadastro de funcionários que realizem lançamentos dos procedimentos, com os devidos registros para controle de ações desenvolvidas;

2.2.4. a análise abrangerá a avaliação dos serviços terceirizados e dos serviços executados diretamente pelas unidades de saúde, incluindo toda a produção para que o sistema possa arcar com os custos decorrentes.

2.3. Execução Operacional:

2.3.1. Verificação periódica mensal por amostragem dos procedimentos administrativos solicitados pela contratante, voltados ao aperfeiçoamento e eventuais correções;

2.3.2. Realização de visitas técnicas semanais na sede da contratante, ou em estabelecimento de saúde por ela indicado, que deverão ocorrer no mínimo 03 (três) vezes por semana, em períodos de 08 (oito) horas, perfazendo o montante semanal de 24 (vinte e quatro) horas, às segundas, quartas e sexta-feiras, devendo eventuais alterações serem ajustadas, por critério de conveniência da Administração, diretamente com o Gestor. Os períodos tratam de atividades *in-loco*, de forma a dar cumprimento ao objeto do contrato;

2.3.3. Participação em reuniões de interesse da contratante, mediante solicitação desta, na sua sede ou em locais por ela designados, caso haja necessidade, devidamente fundamentada de participação em local diverso da sede do município de Cerqueira César, esta correrá as expensas do município, nos termos da legislação vigente, com a devida prestação de contas;

2.3.3. Orientação aos servidores quanto às alterações de procedimentos decorrentes de novas determinações legais e administrativas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

2.3.4. Orientação e auxílio direto aos servidores na eventualidade de questões por eles levantadas;

2.3.5. Descrição de fluxos e rotinas administrativas utilizados na coleta e dados e inclusão nos sistemas para efeito de arrecadação junto ao SUS – Sistema Único de Saúde, sugerindo aperfeiçoamentos e métodos que possam auxiliar no incremento de verbas para a área da saúde;

2.3.4. Apresentação de relatório analítico hábil a identificar as principais perdas de recursos via Fundo Nacional de Saúde.

2.4. Treinamentos:

2.4.1. Apresentar ao Gestor do Contrato, que viabilizará as condições de execução e local, a partir dos 60 (sessenta) dias iniciais do contrato, destinados a análise do ambiente de execução das rotinas, de uma palestra ou treinamento, a ser realizado, de forma a apresentar aos funcionários da Secretaria de Saúde Municipal, soluções que viabilizem a melhoria dos indicadores de desempenho;

2.4.2. as ações acima descritas – palestra/treinamento, não poderão ocorrer em período inferior a 02 horas;

2.4.3. os assuntos tratados deverão ser registrados, de forma a constar também com lista de presença, que deverá ser assinada por cada participante;

2.4.4. os assuntos serão apresentados antecipadamente ao Gestor do Contrato, que observará, e providenciará, as condições para execução do treinamento e/ou palestra, tais como convocações ou apresentações de funcionários ou servidores como público destinado;

2.4.5. o objeto dos treinamentos e palestras deverá constar, sempre, de maneira clara e objetiva, a necessidade de engajamento de todos os envolvidos no processo de lançamento de todos os procedimentos realizados, para que não haja incorreção, invalidação, ou mesmo o não lançamento, de forma a onerar a fonte de recursos próprios além do necessário, visto que o procedimento não validado foi realizado, e sem o devido repasse do ente federado, onerará o município;

2.4.6. Deverá obrigatoriamente conter, como assunto a ser tratado, nos treinamentos e palestras, a importância no engajamento de todos os envolvidos nos processos os prejuízos oriundos dos erros de lançamento, não lançamento de procedimentos, não implantação de rotinas, não implantação de procedimentos homologados e PAPs.

2.5. Implantações dos atuais e futuros procedimentos:

2.5.1. A implantação de procedimentos homologados juntos a PORTARIA GM/MS Nº 2.848, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2007, e que de acordo com suas peculiaridades possam vir a ser desenvolvidos e registrados para o devido lançamento, e consequente repasse;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

2.5.2. Apresentar sugestões, podendo valer-se de municípios paradigmas como forma de justificativa e viabilização da implantação;

2.5.3. A metodologia a ser adotada na execução dos trabalhos implicará em utilizar-se da interpretação das legislações constitucionais e infraconstitucionais (decretos, instruções normativas, ordens de serviços e/ou quaisquer outros atos administrativos afins) relativas a produção dos serviços de saúde para efeito de arrecadação de recursos que são de direito em função da atividade, doutrina, jurisprudência, interface de dados e informações entre União e Estado; bem como de procedimentos racionalizados visando o combate da renúncia de receita, que é tipificada como crime fiscal;

2.5.4. Promover a análise de sistemas ou programas de computação (softwares) em uso nas unidades de saúde destinatárias deste contrato e, no que couber, suggestionar a instituição e ou customização dos bancos de dados, relatórios estatísticos e analíticos disponibilizados, suas funções, módulos, ferramentas de inteligência, de auxílio e suporte ao monitoramento da produção, de acordo com a legislação que regulamenta as ações dos serviços de saúde;

DA JUSTIFICATIVA:

3. Existe uma demanda premente pela execução dos serviços para que a saúde não entre em colapso, uma vez que a demanda cresce vertiginosamente e as receitas não conseguem acompanhar as necessidades. Assim temos a necessidade da correção de lançamentos, implantação de rotinas e análise dos lançamentos atinentes a procedimentos que gerem aumento do repasse de verbas, os quais por sua vez gera como resultado direto a redução de custos oriundos de recursos próprios do município, que por sua vez gera economia ao ente municipal, sem redução dos valores totais efetivamente gastos com a saúde pública. Feita a análise e auditoria dos dados, o resultado esperado será de forma a proporcionar o devido percebimento de repasses relativos a procedimentos homologados pelo SUS, que anteriormente não seriam lançados e/ou validados, tudo em conformidade à atual legislação vigente e entendimento firmado pelo TCE/TCU.

3.1. De mesmo norte, faz-se necessária análise técnica no escopo de adequar as ações atualmente desenvolvidas, em conjunto com os principais programas de governo, de forma que sejam efetivamente percebidas pelo Município os devidos repasses, notadamente os da atenção primária.

3.2. Dada a complexidade e dificuldade técnica para análise de tais dados, bem como diante do dinamismo e elevado número de funcionários envolvidos no processo de lançamento, fator inerente a funções da área de saúde pública, faz-se necessária a intervenção da municipalidade de maneira a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

promover os trabalhos de forma direta, ou seja, buscar do mercado empresa apta para que os serviços possam ser realizados de maneira eficiente, reduzindo a oneração de recursos próprios, sem redução dos serviços prestados a população.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.2. A contratação objeto deste Termo de Referência tem amparo no Regulamento de Licitações e Contratos do município de Cerqueira César – na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, na Lei nº 14.133 de 01/04/2021 e demais leis e normas pertinentes relacionada abaixo:

3.2.1. PORTARIA GM/MS Nº 2.848, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2007, e suas posteriores alterações

DA FORMA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

4. Da forma e prestação dos serviços:

4.1. A empresa **CONTRATADA** prestará serviços de consultoria e assessoria, por meio da análise dos lançamentos realizados junto aos sistemas SUS, os quais destinam-se ao recebimento de repasses oriundos da União, de acordo com os parâmetros do presente edital e minuta do contrato, nas unidades de saúde constantes do presente termo de referência, incluídas as que realizam procedimentos homologados como de média e alta complexidade, nos termos da PORTARIA GM/MS Nº 2.848, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2007, e suas posteriores alterações, na seguinte conformidade:

4.1.1. análise de dados e correção do lançamento daqueles que forem identificados como incorretos, incompletos, não lançados;

4.1.2. padronização de processos e fluxos, a fim de ratificar/retificar pelo sistema DATASUS os valores que devem ser recebidos pela municipalidade;

4.1.3. treinamento dos funcionários de forma a sedimentar a aplicação da assessoria, com o exato escopo de ampliar e maximizar o aumento do repasse SUS, que gera de maneira direta o devido repasse ao município, com uma consequente economia de recursos próprios;

4.1.4. implantação dos atuais e futuros procedimentos, por sua vez previstos em portarias e/ou leis, de maneira a trazer à luz do DATASUS todos os procedimentos realizados no âmbito da Saúde Pública, em consonância com aqueles permitidos pela legislação e entendimentos administrativos vigentes.

4.1.5. Relatório contendo informações sobre “prejuízos” suportados, como a não adesão a programas, após análise da contrapartida;

4.1.6.1. Apontamento da necessidade de pactuação dos serviços de saúde;

4.1.6.2. Atualização do cadastro de funcionários, do estabelecimento que atua, da especialidade e carga



horária;

4.1.6.3. Apontamento de procedimentos recorrentes realizados e não lançados.

4.2. – Das obrigações da CONTRATADA:

4.2.1. Apresentar ao Município, no ato da assinatura do CONTRATO, quais os meios necessários mínimos oferecidos e dispostos, de responsabilidade da Contratante, à implementação da prestação dos serviços ora contratados, isto para todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que as implementações de novas rotinas administrativas deverão ser anuidas pelo Gestor do Contrato, e serão apresentadas em até 90 (noventa) dias;

4.2.2. Apresentação de relatório mensal, contendo as ações implantadas, as não implantadas e necessárias, tudo conforme as descritas no subitem “2.1.” e seus desdobramentos;

4.2.3. Apresentação em conjunto com o relatório mensal, a ser entregue juntamente com a nota fiscal de serviços, relatório analítico hábil a demonstrar as ações efetivas levadas a efeito, e seus resultados práticos - redução das glosas de lançamento, adequação a programas federais, inclusão de serviços já executados, melhoria de indicadores;

4.2.4. Os trabalhos serão objeto da emissão de relatórios mensais conclusivos e orientativos com foco no aumento gradativo da capacidade de produção e conseqüentemente de receitas junto ao SUS – Sistema Único de Saúde;

4.2.5. Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimentos concernente aos serviços de saúde pública desenvolvidos com a classificação de média e alta complexidade, nas unidades dispostas no presente termo de referência objeto deste CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;

4.2.6. Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

4.2.7. Disponibilizar ao Município informações necessárias para a verificação das ações que venham a gerar aumento de repasses SUS, em até dez dias úteis, independente dos relatórios mensais gerados, sempre que solicitado pela Contratante;

4.2.8. Os serviços serão prestados de forma presencial, distribuídos no total de, ao menos, 24 (vinte e quatro) horas semanais, distribuídas em 03 (três) dias, às segundas, quartas e sexta-feiras, com período não inferior a 08 (oito) horas diárias.

4.2.9. Disponibilizar canal de contato para atendimento semipresencial e intermitente, considerando para tanto o objeto e período pré-determinado, cada qual atendendo a demanda requerida, utilizando-se



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

inclusive no que couber da tecnologia de informação.

4.2.10. O serviço deverá ser desenvolvido por profissional, com vínculo à empresa contratada, e possuidor de nível superior

4.3. – Das obrigações do CONTRATANTE:

4.3.1. Disponibilizar acesso a CONTRATADA da infraestrutura de comunicação mínima entre as unidades, aproveitando a estrutura de comunicações já existentes (internet, telefone, etc.), bem como todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento deste Termo de Referência;

4.3.2. Verificação e controle da consistência das informações relativas ao aumento de repasses, auferidos por meio de lançamentos demonstrados como não validados e corrigidos, implantados e validados, não documentados, analisados e realizados;

4.3.3. Verificação e controle da consistência das informações relativas ao aumento de repasses, auferidos por meio de lançamentos demonstrados, e oriundos da implantação de procedimentos homologados, que gerarem aumento de repasse após sua efetiva implantação e lançamento.

4.3.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito ou outro meio de comunicação estabelecido, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços;

4.3.4. Informar a CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, qualquer inconsistência detectada na prestação de contas;

4.3.5. Eleger o protocolo de comunicação a ser utilizado na transmissão eletrônica dos relatórios, bem como para resposta de eventuais notificações;

4.3.6. Disponibilizar à CONTRATADA relatório de lançamentos individualizados, dos últimos 12 (doze) meses, discriminado por unidade de saúde constante do presente termo de referência;

4.3.7. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do objeto contratado;

4.3.8. Prestar informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos, naquilo que constituir Informação de salvaguarda da CONTRATANTE.

4.3.9. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

4.3.10. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

DAS UNIDADES DE SAÚDE ATENDIDAS PELA ASSESSORIA PARA ANÁLISE DOS LANÇAMENTOS REALIZADOS JUNTO AO SISTEMA DATASUS

5. Relação de unidades que serão abrangidas com a presente prestação do serviço de assessoria:

	UNIDADES	FUNCIÓNÁRIOS	ENDEREÇO
5.1	Estratégia de Saúde da Família Dr. José Guilherme Minossi	13 funcionários	Rua Antonio Cardoso de Oliveira, nº 80 – Bairro Nova Cerqueira
5.2	Estratégia de Saúde da Família Dr. Oswaldo Campos	14 funcionários	Avenida São Lucas, nº 551 – Bairro São Lucas
5.3	Estratégia de Saúde da Família Edenir Pagliarini	13 funcionários	Rua das Acácias, nº 25 – Jardim Bela Vista
5.4	Estratégia de Saúde da Família Benedicta Leite Marques	10 funcionários	Rua Brasilino de Freitas Negrão, nº 09 – Bairro Nove de Julho
5.5	Estratégia de Saúde da Família Dr. Milton Clóvis Cominelli	10 funcionários	Rua Guaiuviras, nº 20 – Jardim Três Ranchos IV
5.6	Unidade Básica de Saúde Dr. Alex Paul Picanço	47 funcionários	Rua Professor Solano de Abreu, nº 71 – Centro
5.7	TOTAL DE FUNCIONÁRIOS	107 funcionários	

DA FISCALIZAÇÃO:

6. A prestação dos serviços de assessoria na análise dos dados de lançamento, referentes aos procedimentos homologados e realizados na saúde pública, ficará sempre sujeita à regulamentação e fiscalização do Município, através da Secretaria Municipal de Saúde, sendo gestor o Sr. Mauro Bertolani Junior.

DO PAGAMENTO

7. O pagamento será efetuado em 12 (doze) parcelas, iguais e sucessivas, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da devida nota fiscal de serviço, bem como do recebimento provisório pela Prefeitura Municipal de Cerqueira César, em conformidade com o disposto no Termo de Referência, mediante a apresentação da Fatura, Nota Fiscal, atestadas pelo setor responsável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8. Deverá apresentar atestado de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, emitido a empresa ou a profissional que a integre, o qual tenha atuado na coordenação, direção, execução, fiscalização e supervisão técnica, e executado de forma integral os serviços aqui descritos, de forma que:

8.1. comprovem a prestação de serviço para desenvolver planejamento estratégico, padronizações de processos e fluxos, execução operacional, treinamentos, implantações dos atuais e futuros procedimentos (portarias e/ou leis).

8.2. demonstre a capacidade de verificar a base de cálculo da produção realizada mês a mês dos últimos 02 (dois) anos;

8.3. Os atestados apresentados para qualificação técnica deverão conter o nome da empresa participante da licitação, ou do responsável pela execução do serviço.

8.3.1. É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as envolvidas.

9. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

9.1.1. O objeto da presente contratação não gera obrigações posteriores para a contratada, bem como a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato, sendo pouco significativa.

DISPOSIÇÕES GERAIS

10. Das disposições gerais:

10.1. O Município poderá determinar a qualquer momento, mediante prévia comunicação à CONTRATADA, o envio de dados parciais acerca das correções de lançamentos junto ao sistema DATASUS, a ser enviada em até um dia útil.

10.2. A CONTRATADA declara conhecer que, conforme a norma legal vigente, é proibida de fornecer a terceiros qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução deste CONTRATO. Em consequência, a CONTRATADA se obriga a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.

10.3. A CONTRATADA assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento de suas obrigações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

10.4. A CONTRATADA não poderá implantar rotinas que impliquem na alteração de protocolos que contrariem normativos existentes, devendo manifestar-se por escrito da necessidade de alteração, bem como da justificativa para tal;

10.5. No caso de não engajamento dos funcionários acerca da necessidade de correções de lançamentos, que versem sobre procedimentos realizados e não validados, ou procedimentos realizados e não lançados, informar por escrito, pela via eleita nos termos do subitem “4.3.5”, as formas de correção para devido lançamento.

10.5.1. Os casos acima serão solucionados pela CONTRATANTE, a qual, por meio do gestor, adotará providências em conjunto a funcionário com ascendência hierárquica e funcional sobre aquele que não atender à necessidade de correções dos lançamentos, para que adote as medidas necessárias, em tempo hábil, para a devida correção.

10.6. Todos os relatórios emitidos, mensalmente, deverão ser conclusivos e orientativos, com foco no aumento gradativo da capacidade de produção e conseqüentemente de receitas junto ao SUS – Sistema Único de Saúde que, por conseqüência, gera aumento de receita tendo por resultado a economia de recursos próprios municipais .

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A presente solução encontrada, prestação de assessoria na gestão dos serviços de saúde pública municipal, mostra-se imprescindível para a busca na eficiência e atingimento de indicadores de desempenho da saúde satisfatórios, que atendam os parâmetros objetivos exigidos pelo Ministério da Saúde.

A prestação do serviço ocorrerá de forma presencial, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, ou outro estabelecimento de saúde indicado pelo Gestor;

O contrato terá a duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério de conveniência, interesse e oportunidade por parte da Administração Pública;

Desta feita é possível concluir que a melhor solução, para atendimento dos requisitos acima expostos, notadamente o de aumento no desempenho da saúde, parametrizado pelos indicadores objetivos constantes do programa Previne Brasil, bem como a adequação das ações de saúde já desenvolvidas, aos demais programas do Governo Federal, de forma que ocorra o devido repasse pelas ações desenvolvidas, temos que a solução que se mostrou mais vantajosa para a contratação é a da prestação de serviços de consultoria na gestão da saúde pública municipal, o qual terá detalhadamente no Termo de Referência.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos técnicos e de qualidade: Habilitação Jurídica

Registro Comercial, no caso de empresa individual

Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em Vigor (Consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação Fiscal, Social E Trabalhista

Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Regularidade perante a Fazenda Federal;

Regularidade perante a Fazenda Estadual;

Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;

Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas);

Habilitação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.

As empresas vencedoras do processo deverão encaminhar catálogo dos itens para análise da secretaria requisitante

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Deverá apresentar atestado de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, emitido a empresa ou a profissional que a integre, o qual tenha atuado na coordenação, direção, execução, fiscalização e supervisão técnica, e executado de forma integral os serviços aqui descritos, de forma que:

comproven a prestação de serviço para desenvolver planejamento estratégico, padronizações de processos e fluxos, execução operacional, treinamentos, implantações dos atuais e futuros procedimentos (portarias e/ou leis).

demonstre a capacidade de verificar a base de cálculo da produção realizada mês a mês dos últimos 02 (dois) anos;

Os atestados apresentados para qualificação técnica deverão conter o nome da empresa participante da licitação, ou do responsável pela execução do serviço.

É vedada a indicação de um mesmo responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as envolvidas.

FISCAL DO CONTRATO

O fiscal do contrato será o Secretário Municipal de Saúde, Sr. Mauro Bertolani Junior

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O processo deverá ser realizado com critério de julgamento de menor preço por global por se tratar de serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação será de acordo com os orçamentos realizados pelo Departamento de Compras

MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Pregão Eletrônico

PRAZO DE VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período conforme limite permitido em lei.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após emissão da nota fiscal e prestação do serviço.

A nota fiscal deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à contratante.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ficha 68 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades

I. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou II.o pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

O atraso injustificado na efetiva consecução do objeto contratado, sem prejuízo do disposto no §9º do artigo 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

I. atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a contar da data inicial do descumprimento; e

II. atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) ao dia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

I. multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou II. multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim. III. ressarcimentos de eventuais danos ocasionados face a inexecução do contrato.

A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.

O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.

As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE, a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.

As sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada, pelo Prefeito, ou pela autoridade administrativa indicada, após processo administrativo próprio.

O processo administrativo próprio para aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, será conduzido por Comissão Permanente Processante a ser instituída por meio de Portaria editada pelo Secretário da respectiva pasta solicitante e recairá sobre servidores nomeados;

Da decisão cabe recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

O recurso será dirigido à Autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caso a decisão tenha sido proferida pelo Prefeito, caberá apenas o pedido de reconsideração de ato no prazo previsto no caput deste artigo, a qual terá prazo de 20 (vinte) dias para proferir sua decisão.

Cerqueira César, 03 de abril de 2024.

MAURO BERTOLANI JUNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/24

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI, A PREFEITURA DE CERQUEIRA CÉSAR E A EMPRESA _____

Aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Cerqueira César, Estado de São Paulo, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR**, entidade de direito público interno, com sede à Rua Olímpio Pavan nº 290, inscrita no CNPJ nº 46.634.184/0001-42, neste ato representada pelo Sr. **MAURO BERTOLANI JUNIOR**, brasileiro, Secretário Municipal de Saúde, portador de Cédula de Identidade **RG nº 23.698.482-2-SSP/SP**, inscrito no **CPF/MF nº 212.468.788-36**, residente e domiciliado nesta cidade de **Cerqueira César-SP**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, cadastrada no CNPJ nº _____/____-__ e Inscrição Estadual _____, com sede na _____, representada pelo(a) Senhor(a) _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº _____/__, inscrito(a) no CPF/MF sob nº _____-__, residente e domiciliado(a) na _____ nº _____, na cidade de _____, de ora em diante denominada **CONTRATADA**, sob a disciplina da Lei Federal nº 14.133/2021 e na presença das testemunhas abaixo, ajustaram e contrataram o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Nos termos do **Pregão Eletrônico nº 042/24 – Processo Licitatório nº 069/24**, de **04 de junho de 2024**, fica a empresa _____ para contratação de empresa para assessoria no desenvolvimento de planejamento estratégico, padronizações de processos e fluxos, execução operacional: treinamentos, palestras e o desenvolvimento de procedimentos administrativos padrões – PAP, voltados a produção da saúde pública municipal, bem como a implantação dos atuais e futuros procedimentos (portarias e/ou leis).

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Valor unitário	Valor total Global

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas nas seguintes dotações orçamentárias:

02.04.01 – Administração Geral da Saúde

3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUJEIÇÃO AO EDITAL E SEUS ANEXOS

A contratada ratifica sua sujeição a todas as exigências do Edital de **Pregão Eletrônico nº 042/24**, que constitui parte integrante deste contrato, juntamente com a proposta vencedora, exceto no que esta última vier a contrariar as normas especificadas nos instrumentos da contratante.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O valor global do contrato e de **R\$ _____ (_____)**, sendo o valor unitário do item conforme Cláusula Primeira do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal e prestação dos serviços. É obrigatória a inscrição da declaração, no corpo da nota fiscal: **Referente ao Pregão Eletrônico nº 042/24 – Processo nº 069/24.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

5.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas a Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

5.3. As notas fiscais eletrônicas deverão ser encaminhadas para o seguinte endereço: notasfiscais@cerqueiracesar.sp.gov.br, excetuando os casos em que não há a obrigatoriedade da emissão de nota fiscal eletrônica.

CLÁUSULA SEXTA –VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1. prazo de vigência do contrato: 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme permitido em lei.

6.2. das condições de pagamento: Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal e prestação dos serviços. É obrigatória a inscrição da declaração, no corpo da nota fiscal: **Referente ao Pregão Eletrônico nº042/24 – Processo nº069/24.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES PELO INADIMPLEMENTO

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades

I. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou

II. o pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

O atraso injustificado na efetiva consecução do objeto contratado, sem prejuízo do disposto no §9º do artigo 156, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

I. atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a contar da data inicial do descumprimento; e

II. atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) ao dia.

Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

I. multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou II. multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim. III. ressarcimentos de eventuais danos ocasionados face a inexecução do contrato.

A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.

O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.

As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE, a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.

As sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada, pelo Prefeito, ou pela autoridade administrativa indicada, após processo administrativo próprio.

O processo administrativo próprio para aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, será conduzido por Comissão Permanente Processante a ser instituída por meio de Portaria editada pelo Secretário da respectiva pasta solicitante e recairá sobre servidores nomeados;

Da decisão cabe recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

O recurso será dirigido à Autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caso a decisão tenha sido proferida pelo Prefeito, caberá apenas o pedido de reconsideração de ato no prazo previsto no caput deste artigo, a qual terá prazo de 20 (vinte) dias para proferir sua decisão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE

Fica expressamente vedada a empresa contratada a transferência de responsabilidade do fornecimento do objeto contratual do **Pregão Eletrônico nº 042/24 – Processo nº 069/24** a qualquer outra empresa, no seu todo ou em parte.

CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto inicial até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

10.1. O preço ajustado não sofrerá reajuste, salvo após o decurso do prazo mínimo de 12 (doze) meses da vigência contratual, desde requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pela contrata, em caso de prorrogação contratual, ou ainda em caso de eventuais modificações no atual modelo econômico nacional que venham autorizar formas de correções para manutenção do equilíbrio econômico do contrato. Nos casos de reajuste previstos no edital e em lei, serão aplicados os critérios de reajuste fixados no item subsequente.

10.2. O contrato poderá ser reajustado após transcorridos cada 12 (doze) meses, com a aplicação do **IGP-M/FGV** (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas) acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

No caso de extinção ou substituição do índice IGP-M, por superveniência de Medida Governamental ou outra razão, utilizar-se-á imediatamente o índice substituto para efeito de cálculos de reajuste nas cláusulas do presente contrato que utilizam o referido índice.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA.

Apresentar ao Município, no ato da assinatura do CONTRATO, quais os meios necessários mínimos oferecidos e dispostos, de responsabilidade da Contratante, à implementação da prestação dos serviços ora contratados, isto para todo o período de vigência do CONTRATO, sendo que as implementações de novas rotinas administrativas deverão ser anuidas pelo Gestor do Contrato, e serão apresentadas em até 90 (noventa) dias;

Apresentação de relatório mensal, contendo as ações implantadas, as não implantadas e necessárias, tudo conforme descrito no termo de referência;

Apresentação em conjunto com o relatório mensal, a ser entregue juntamente com a nota fiscal de serviços, relatório analítico hábil a demonstrar as ações efetivas levadas a efeito, e seus resultados práticos - redução das glosas de lançamento, adequação a programas federais, inclusão de serviços já executados, melhoria de indicadores;

Os trabalhos serão objeto da emissão de relatórios mensais conclusivos e orientativos com foco no aumento gradativo da capacidade de produção e conseqüentemente de receitas junto ao SUS – Sistema Único de Saúde;

Cumprir as normas estabelecidas na legislação específica do Município, bem como nos instrumentos normativos que vierem a ser publicados para regular o procedimentos concernente aos serviços de saúde pública desenvolvidos com a classificação de média e alta complexidade, nas unidades dispostas no presente termo de referência objeto deste CONTRATO, o que dependerá de prévia ciência das partes, por escrito;

Fornecer ao Município, sempre que solicitadas, certidões negativas de encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários;

Disponibilizar ao Município informações necessárias para a verificação das ações que venham a gerar aumento de repasses SUS, em até dez dias úteis, independente dos relatórios mensais gerados, sempre que solicitado pela Contratante;

Os serviços serão prestados de forma presencial, distribuídos no total de, ao menos, 24 (vinte e quatro)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

horas semanais, distribuídas em 03 (três) dias, às segundas, quartas e sexta-feiras, com período não inferior a 08 (oito) horas diárias.

Disponibilizar canal de contato para atendimento semipresencial e intermitente, considerando para tanto o objeto e período pré-determinado, cada qual atendendo a demanda requerida, utilizando-se inclusive no que couber da tecnologia de informação.

O serviço deverá ser desenvolvido por profissional, com vínculo à empresa contratada, e possuidor de nível superior

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

Disponibilizar acesso a CONTRATADA da infraestrutura de comunicação mínima entre as unidades, aproveitando a estrutura de comunicações já existentes (internet, telefone, etc.), bem como todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento deste Termo de Referência;

Verificação e controle da consistência das informações relativas ao aumento de repasses, auferidos por meio de lançamentos demonstrados como não validados e corrigidos, implantados e validados, não documentados, analisados e realizados;

Verificação e controle da consistência das informações relativas ao aumento de repasses, auferidos por meio de lançamentos demonstrados, e oriundos da implantação de procedimentos homologados, que gerarem aumento de repasse após sua efetiva implantação e lançamento.

Notificar a CONTRATADA, por escrito ou outro meio de comunicação estabelecido, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços;

Informar a CONTRATADA, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, qualquer inconsistência detectada na prestação de contas;

Eleger o protocolo de comunicação a ser utilizado na transmissão eletrônica dos relatórios, bem como para resposta de eventuais notificações;

Disponibilizar à CONTRATADA relatório de lançamentos individualizados, dos últimos 12 (doze) meses, discriminado por unidade de saúde constante do presente termo de referência;

Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução do objeto contratado;

Prestar informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos, naquilo que constituir Informação de salvaguarda da CONTRATANTE.

Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as exigências deste Termo de Referência;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO GESTOR DO CONTRATO

O gestor deste contrato será o Secretário Municipal de Saúde, Sr. Mauro Bertolani Junior, solicitante do objeto referente a esta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Este termo contratual fica vinculado ao edital de licitações referente ao **Pregão Eletrônico nº 042/24– Processo nº 069/24.**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A empresa contratada fica obrigada a manter durante toda a execução do contrato compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cerqueira César, para solução de qualquer pendência oriunda deste contrato, com renúncia a qualquer outra por mais privilegiada que seja.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

E por estarem certos e combinados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, para o mesmo fim juntamente com duas testemunhas no presente ato.

E por estarem certos e combinados, assinam o presente contrato em três vias de igual teor, para o mesmo fim juntamente com duas testemunhas no presente ato.

Prefeitura de Cerqueira César, __ de _____ de 2024.

MAURO BERTOLANI JUNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____
RG _____ RG _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

ANEXO 04 – MODELO DE CARTA PROPOSTA PARA EXECUÇÃO DO OBJETO DO EDITAL.

À

Prefeitura Municipal de Cerqueira César.

Prezados Senhores,

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO N° 042/24-Processo nº 069/24**

Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo 01, que integra o instrumento convocatório da licitação em epigrafe.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

RAZAO SOCIAL:

CNPJ e INSCRICAO ESTADUAL:

REPRESENTANTE E CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF/MF:

ENDERECO e TELEFONE:

AGENCIA e N° DA CONTA BANCÁRIA:

E-MAIL INSTITUCIONAL:

E-MAIL PESSOAL:

CONDIÇÕES GERAIS:

2.1 A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

2.2. a proposta deverá ser apresentada com o valor mensal e global dos serviços por um período de 12 (doze) meses.

3.Objeto: contratação de empresa para assessoria no desenvolvimento de planejamento estratégico, padronizações de processos e fluxos, execução operacional: treinamentos, palestras e o desenvolvimento de procedimentos administrativos padrões – PAP, voltados a produção da saúde pública municipal, bem como a implantação dos atuais e futuros procedimentos (portarias e/ou leis).

Item	Quantidade	Unidade	Descrição
01	12	Meses	contratação de empresa para assessoria no desenvolvimento de planejamento estratégico, padronizações de processos e fluxos, execução operacional: treinamento, palestras e o desenvolvimento de procedimentos administrativos padrões – PAP, voltados a produção da saúde pública municipal, bem como a implantação dos atuais e futuros procedimentos (portarias e/ou leis)

a) prazo de validade da proposta de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de entrega da mesma;

b) das **condições de pagamento:** Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal e prestação dos serviços.

c) do **prazo de vigência do contrato:** 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, conforme permitido em lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado preço unitário e total da proposta, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

Local, data e Assinatura do responsável (Nome, RG, CPF/MF, Cargo, e-mail institucional e e-mail pessoal).

OBSERVAÇÃO:

- O frete deverá estar incluso, o objeto deverá ser entregue na cidade de Cerqueira César, Estado de São Paulo.